

15, freguesia de Madalena, concelho de Tomar, distrito de Santarém, propriedade de Casa Os Faguntas — Apoio a Idosos, L.ª, requerente a mesma.

As actividades e a respectiva lotação máxima autorizadas são as seguintes:

Actividades — lar para idosos;
Lotação máxima — 14 utentes.

17 de Dezembro de 1999. — (Assinatura ilegível.) 3-2-39 653

Alvará n.º 3/99

Para os devidos efeitos se faz saber que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, é emitido o presente alvará de abertura e funcionamento do estabelecimento denominado Casa de Repouso Colina da Saudade, L.ª, sito na Rua de São Mateus, Boleiros, freguesia de Fátima, concelho de Ourém, distrito de Santarém, propriedade de Marques e Martins, L.ª, requerente a mesma.

As actividades e a respectiva lotação máxima autorizadas são as seguintes:

Actividades — lar para idosos;
Lotação máxima — 30 utentes.

17 de Dezembro de 1999. — (Assinatura ilegível.) 3-2-39 651

Alvará n.º 4/99

Para os devidos efeitos se faz saber que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, é emitido o presente alvará de abertura e funcionamento do estabelecimento denominado Terceira Idade em Movimento — Casa de Repouso, L.ª, sito na Rua do Dr. Manuel Rodrigues, 104, Bemposta, freguesia de Bemposta, concelho de Abrantes, distrito de Santarém, propriedade de Terceira Idade em Movimento — Casa de Repouso, L.ª, requerente a mesma.

As actividades e a respectiva lotação máxima autorizadas são as seguintes:

Actividades — lar para idosos;
Lotação máxima — 15 utentes.

17 de Dezembro de 1999. — (Assinatura ilegível.) 3-2-39 652

Direcção-Geral da Acção Social

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 119/99, a fl. 2 do livro n.º 8 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 5 de Agosto de 1999, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Tecto — Centro Social do Telhado;

Sede — Telhado, Fundão;

Fins — protecção dos cidadãos na velhice e invalidez através da prestação de serviços de alojamento e apoio domiciliário: serviços de refeições, limpeza e higiene, organização de convívios e ocupação de tempos. Secundariamente manter actividades de promoção e protecção da saúde através da prestação de serviços médicos e de enfermagem;

Admissão de sócios — podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos e pessoas colectivas, obrigando-se ao pagamento da jóia e quota mensal nos montantes fixados pela assembleia geral;

Exclusão de sócios — perdem a qualidade de associados os sócios que, dolosamente, tenham prejudicado materialmente a instituição ou concorrido para o seu desprestígio e os que deixem de pagar as quotas durante seis meses.

16 de Dezembro de 1999. — Pela Directora-Geral, o Director de Serviços, António M. M. Teixeira. 19-2-4684

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 121/99, a fls. 3 v.º do livro n.º 8 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 25 de Junho de 1999, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Casa do Povo de S. Barnabé;

Sede — São Barnabé, Almodôvar;

Admissão de sócios — podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos e pessoas colectivas, uns e outros, que manifestem capacidade e interesse pelas questões a tratar na instituição ou em qualquer instituição dependente da casa do povo;

Exclusão de sócios — perdem qualidade de associados os sócios que: pedirem a sua exoneração, deixarem de pagar as quotas durante seis meses e os que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a associação.

Os objectivos constam do extracto publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 284, de 10 de Dezembro de 1998.

16 de Dezembro de 1999. — Pela Directora-Geral, o Director de Serviços, António M. M. Teixeira. 19-2-4685

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 118/99, a fls. 200 e 1 v.º dos livros n.ºs 7 e 8 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 25 de Março de 1998, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Casa do Povo de Alvito;

Sede — freguesia de Alvito São Pedro, Barcelos.

Os objectivos e condições de admissão e exclusão dos associados, constam do extracto publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 62, de 14 de Março de 1999.

16 de Dezembro de 1999. — Pela Directora-Geral, o Director de Serviços, António M. M. Teixeira. 19-2-4686

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 120/99, a fls. 2 v.º e 3 do livro n.º 8 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 6 de Abril de 1999, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Samaritanos — Missão de Caridade;

Sede — Avenida da República, 1622, 5.º, sala 15, Vila Nova de Gaia;

Admissão de sócios — podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos e pessoas colectivas;

Exclusão de sócios — perdem a qualidade de associados os sócios que: pedirem a sua exoneração, deixarem de pagar as quotas durante seis meses e os que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a associação.

Os objectivos foram publicados no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 27, de 2 de Fevereiro de 1999.

16 de Dezembro de 1999. — Pela Directora-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 19-2-4687

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 117/99, a fls. 199 e 199 v.º do livro n.º 7 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 14 de Maio de 1999, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Casa do Povo do Concelho de Vila Nova de Paiva;

Sede — Alto da Pedralva, freguesia e concelho de Vila Nova de Paiva;

Fins — promoção de actividades de protecção e apoio: à infância, família, comunidade e população activa; aos cidadãos na velhice e invalidez em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; à saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; à educação e formação profissional dos cidadãos; à promoção desportiva, recreativa e cultural dos associados; à resolução dos problemas habitacionais das populações; ao convívio social e cooperação com outros organismos oficiais e particulares; à protecção da natureza desenvolvendo acções que contemplem a fauna, a flora e a defesa do meio ambiente. Serão considerados como fins prioritários os relacionados com a segurança social;

Admissão de sócios — podem ser associados as pessoas singulares e pessoas colectivas que estejam, umas e outras, interessadas nos objectivos da instituição;

Exclusão de sócios — perdem a qualidade de associados os sócios que: pedirem a sua exoneração, deixarem de pagar as suas quotas durante 12 meses e os que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a instituição.

16 de Dezembro de 1999. — Pela Directora-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 19-2-4688

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de Santa Luzia — Viana do Castelo

Despacho

Por despacho do Secretário de Estado da Saúde de 15 de Setembro de 1999:

Joaquim Augusto Lopes Pinheiro, chefe de Serviço de Otorrinolaringologia deste Hospital — autorizada a prorrogação da prestação de serviços no território de Macau de 1 de Setembro de 1999 a 30 de Novembro de 1999.

22 de Outubro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Fernando M. Marques*. 10-2-114 739

TRIBUNAIS

TRIBUNAL DA COMARCA DE BENAVENTE

Anúncio

Dr.ª Maria Leonor Barroso, juíza de direito na Comarca de Benavente:

Faz saber que, nos autos de processo de falência a correrem termos por este 1.º Juízo, sob o n.º 194/98, por sentença proferida em 6 de Dezembro de 1999, foi decretada a falência da requerida CARSUL — Carroçarias Metálicas e de Madeira, L.ª, fixada a sua sede na EN n.º 10, Km 107, 4, Porto Alto, Samora Correia, e fixado em 30 dias o prazo para a reclamação de créditos, contados da data da publicação do anúncio no *Diário da República*, sendo que os credores, mesmo que preferentes, podem, no prazo de cinco dias, contados igualmente da referida publicação, deduzir oposição por embargos à sentença, como preceitua o n.º 2 do artigo 129.º do CPEREF.

7 de Dezembro de 1999. — A Juíza de Direito, *Maria Leonor Chaves Barroso*. — A Escrivã-Adjunta, *Zélia S. Palha Ruivo*.

02-2-002 470

3.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio

Nos termos do disposto no artigo 20.º do CPEREF, Decreto-Lei n.º 315/98, de 20 de Outubro, são por este meio citados os credores dos requeridos Maria de Fátima Tavares Mendes Almeida Martins e marido Jorge Manuel Almeida Martins, com residência na Avenida de Bissaya Barreto, 34, 2.º direito, Coimbra, para no prazo de 10 dias, finda a dilação de 10 dias, contados da data da publicação do último anúncio, deduzirem oposição ou justificarem os seus créditos, podendo propor qualquer providência diferente da requerida, devendo, em todos os casos, oferecer os meios de prova de que dispõem.

Processo de falência entrado em 17 de Novembro de 1999, distribuído em 17 de Novembro de 1999, e registado sob o n.º 467/99, do 3.º Juízo Cível deste Tribunal, em que é requerente Banco Comercial Português, S. A.

9 de Dezembro de 1999. — O Juiz de Direito, *Jaime Carlos Ferreira*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*). 06-2-48 880

TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ

Anúncio

Faz-se saber que por este Tribunal e Juízo pendem uns autos de declaração de falência, registados sob o n.º 327/99, em que é requerente EXPOPALETES — Paletes e Embalagens de Madeira, L.ª, com sede na Charneca, Peso, Covilhã, onde é requerido que seja declarada a falência da requerente e nos quais correm éditos de 10 dias, contados da data da publicação do último anúncio, a publicar num diário de grande circulação e, ainda no *Diário da República* (artigo 20.º, n.º 2 do CPEREF), citando os credores da requerente, para no prazo de 10 dias, posteriores àqueles dos éditos, não só deduzir oposição ou justificar os seus créditos, como propor qualquer providência diferente da requerida, devendo, em todos os casos, oferecer logo os meios de prova de que dispõem.

Para efeitos do disposto no artigo 19.º do mesmo Código, a petição deu entrada neste Tribunal em 2 de Novembro de 1999.

18 de Novembro de 1999. — O Juiz de Direito, *José Álvaro da Silva Marques*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Alcina Ferreira André Loução*. 10-2-114 741

5.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio

Nos autos de falência registados sob o n.º 361/99, pendentes no 5.º Juízo Cível da Comarca de Guimarães, em que é requerente o Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., com sede na Rua do Ouro, 28,